



O JAPÃO COMO MODELO: relatos de dois viajantes brasileiros na década de 1930

Claudio Bertolli Filho¹

No contexto acadêmico nacional, o tema incorporado pelo Japão e pelos japoneses tem sido explorado sob duas perspectivas. As primeiras delas privilegia a imigração, o processo de adaptação dos nipônicos no Brasil e também os empenhos de preservação de elementos da cultura oriental pelos pioneiros e seus descendentes. Em outra via, o Japão, a partir dos meados da década de 1960, tem instigado um significativo número de análises sobre as estratégias de atuação na esfera econômica e de gerenciamento público e privado do pós Segunda Guerra Mundial como possíveis parâmetros para a sociedade brasileira.

Em ambos os eixos de pesquisa, a presença de brasileiros no Japão foi quase que totalmente preterida. Dentre as exceções, alinham-se alguns estudos sobre os *dekassekis* (trabalhadores periódicos) realizados, de regra, após eles retornarem ao Brasil e, como exemplar solitário, o livro de Celina Kuniyoshi (1998) que foca os viajantes nacionais que visitaram o Oriente. Resultado da síntese de uma tese universitária, o texto de Kuniyoshi peca pela superficialidade e lacunas que resultam em uma compreensão imperfeita da experiência dos viajantes e sua contribuição para a construção de uma representação brasileira do Japão e de seus habitantes.

Uma questão inicial para a abordagem dos relatos de viagens de ocidentais para o Oriente reside na especificidade da literatura de viagem. Enquanto gênero literário, esta conta com marcas textuais próprias e abriga sob seu manto uma variedade de produções, sendo por isso necessário uma operação preliminar de identificação e localização no espaço e no tempo daquele que viajou e os motivos que o levou a compartilhar por escrito as experiências geradas por suas andanças em terras estrangeiras (Todorov, 1999). Assim, ao lado dos turistas que perambulam por conta própria, encontram-se personagens que se dirigem a outras partes do planeta para atuarem como representantes de nações, corporações econômicas, ordens religiosas, ou instituições científicas, permanecendo no exterior por vários anos ou por um exíguo período de tempo.

Se a literatura de viagem tende a ser predominantemente descritiva, acredita-se que o autor-viajante é um personagem que realiza, sem ter muita consciência disso, uma espécie de “descrição densa”, na qual associa o ato descritivo à operação analítica. Nesse sentido, adota-se neste artigo a definição geertziana da cultura como uma “rede simbólica” e a tarefa descritiva como uma construção na qual o efetivamente vivido e as representações sociais fundem-se, nem sempre harmoniosamente (Geertz, 2014, p.4). Arquitetadas a partir do encontro com o “outro”, as narrativas dos peregrinos definem-se

¹ Claudio Bertolli Filho é Doutor em História Social e livre-docente na área de Antropologia. Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Universidade Estadual Paulista (UNPES), campus de Bauru.

como peças em contínuo movimento de transformação, dependendo do momento cultural e dos interesses conjunturais colocados em causa (Clara, 1997, p. 580).

A circunstância de ter como parâmetro sua própria cultura, faz o texto do viajor ser pautado por tensões em séries. Isto porque, ao mesmo tempo que o escritor se apresenta inicialmente munido de imagens consagradas sobre o “nativo”, quando se depara com ele, quase de imediato constata que, como confidenciou uma conhecida do autor que percorreu o Oriente, “a cultura deles não é bem como a gente imagina”. De qualquer modo, a diferença que encanta e que ao mesmo tempo perturba define-se como uma experiência que assalta o viajante, dando sentido a um processo no qual reitera-se a identidade a partir da alteridade (Vitorino, 1997, p. 53).

Nesses termos, resultante tanto da subjetividade do autor quanto das condicionantes socioculturais das quais ele é tributário, a literatura de viagem aflora como um núcleo documental de importância para os estudos culturais, lançando luzes inovadoras sobre as culturas do narrador e dos personagens observados. Mais do que isto, esse mesmo gênero literário mostra-se estratégico para o entendimento das possibilidades e dos limites do contato intercultural.

O objetivo desse texto é analisar como o Japão e os japoneses foram retratados por brasileiros que estiveram naquele país. A circunstância de se localizar não menos que duas dezenas de relatos de viagem nacionais tematizados pelo “Império do Sol Nascente” datados do período de 1879 a 1945 impõe um recorte fino, selecionando-se para análise as narrativas de Ernesto de Souza Campos (1935) e de Carmen Annes Dias (1937). A opção por essas duas obras deve-se ao fato de, na década de 1930, o governo e parte da intelectualidade tupiniquim terem se voltado para o Japão como um possível exemplo econômico e educacional a ser seguido. Isso implicou na construção de novas imagens sobre o Japão, as quais foram incorporadas por alguns viajantes brasileiros que visitaram o Oriente no transcorrer da década de 1930.

Antes de se abordar o conteúdo das narrativas de viagem mencionadas, duas questões precisam ser respondidas. A primeira delas constitui-se nas condições econômicas, políticas e sociais que o Japão se encontrava quando Souza Campos e Annes Dias lá estiveram e, a segunda, o imaginário que historicamente os brasileiros nutriam sobre o país situado “no outro lado mundo”.

JAPÃO, potência mundial

Desde que praticamente se fechara ao contato com o Ocidente, na primeira metade do século XVII, o Japão se apresentava aos europeus como uma região enigmática, ocupada por uma população “bárbara” e que não suscitava interesses econômicos e políticos mais atrativos. No entanto, devido à intensificação do comércio com a China no começo do século XIX, os europeus passaram a observar as ilhas japonesas como pontos estratégicos para o reabastecimento de suas embarcações e também a população nipônica como possível consumidora das mercadorias produzidas no contexto da Revolução Industrial.

Consequência do reposicionamento do Japão na ótica ocidental, em 1853-1854, a frota norte-americana comandada pelo Comodoro Matthew C. Perry forçou pelas armas o governo japonês a liberar alguns de seus portos para os navios estrangeiros e, em seguida, assinar uma série de tratados que conferiam amplas vantagens aos comerciantes não só dos Estados Unidos, mas também de várias nações europeias. A relativa facilidade

com que os ocidentais conseguiram expandir seus privilégios no território japonês deve-se à fragilidade do governo Tokugawa, agudizando a paralisia política e a desordem econômica interna. Em 1868, a ameaça do caos social teve como resposta um movimento de renovação governamental denominado Restauração Meiji (governo ilustrado), inaugurando um período que até a morte do imperador que postumamente recebeu o nome Meiji, em 1912, foi pautado pela definitiva unificação nacional e pela modernização, implicando uma série de reformas inspiradas em modelos ocidentais (Akamatsu, 2010).

Em 1871, o governo decretou igualdade jurídica para todos, colocando fim aos privilégios da classe militar, o que resultou em alguns levantes de samurais temerosos com o novo momento social, e também porque, alguns anos depois, foi implantado o sistema prussiano de exército formado por conscritos, da mesma forma que a marinha de guerra foi renovada segundo o padrão britânico. A economia japonesa também foi alvo de intensa reforma, com a instituição de um sistema bancário calcado nas experiências estadunidense e belga; no mesmo período, ferroviárias foram construídas e a indústria abandonou o sistema manufatureiro e artesanal em prol da mecanização da produção.

A modernização japonesa é creditada em parte ao grande número de europeus e norte-americanos que para lá se dirigiram para atuar na esfera produtiva e na área da educação, sendo um grande número deles missionários cristãos. Concomitantemente, a administração Meiji enviou ao Ocidente sucessivas missões de observação dos setores industriais e militares, assim como patrocinou o estágio de uma legião de alunos para formar especialistas que em pouco tempo poderiam substituir os técnicos estrangeiros. O objetivo final era alçar o país ao mesmo patamar das potências europeias e revogar os acordos econômicos firmados nas décadas anteriores com os ocidentais, denominados pelos japoneses como “tratados desiguais”.

Na última década do século XIX, o Japão já havia reestruturado uma parcela substancial de seu sistema produtivo e passara a concorrer no Oriente com os comerciantes europeus, especialmente os dos ramos siderúrgico e têxtil, produzindo equipamentos industriais e fios de seda e de algodão de melhor qualidade e com preços mais baixos do que os dos seus concorrentes. As características peculiares da cultura nipônica que definiam a forte unidade nacional, a recusa à oferta de empréstimos estrangeiros e os baixos salários pagos aos trabalhadores industriais foram os responsáveis pelo “milagre econômico Meiji”, o qual permitiu que o país se tornasse uma potência econômica regional e, como tal, rival do imperialismo ocidental (Reischauer, 1986, p. 126).

Paralelamente à modernização econômica, uma lei datada de 1871, instituiu a educação elementar obrigatória a todas as crianças, a partir dos seis anos de idade. O sistema educacional nipônico, apesar de adotar alguns elementos europeus, não se definiu como cópia do ocidental, associando a tradição da cultura nacional a conteúdos importados, reconstruindo a obediência coletiva ao imperador e renovando o sentido do que foi apresentado como “destino nacional”. Em 1877, foi fundada a Universidade de Tóquio, instituição estratégica não só para disseminar o conhecimento especializado, mas também para acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, sem dependência mais significativa dos *experts* estrangeiros. A partir da Universidade de Tóquio, inúmeras outras instituições de ensino superior e escolas técnicas foram criadas no país, formando especialistas tanto para as atividades comerciais e industriais quanto para atuar no setor agrícola.

O último grande ato reformador do período Meiji é apontado como sendo a outorga da primeira constituição do país, fato ocorrido em 1889. De cunho liberal, a constituição

não só contava com dispositivos que garantiam o apoio governamental às instituições públicas e privadas de ensino como também favoreciam o remodelamento do sistema jurídico, além de reforçar e expandir ainda mais a autoridade do imperador sobre todos os setores da vida japonesa (Befu, 1987, p. 2).

O sucesso modernizador obtido pelo “Novo Japão”, no entanto, não foi suficiente para solucionar alguns desafios que ganharam amplitude a partir do último quartel do século XIX. A melhoria das condições de vida favoreceu um aumento populacional sem precedentes, enquanto que o solo explorado pela agricultura permanecia praticamente o mesmo do período anterior à abertura dos portos. Além disso, a indústria mostrava-se capacitada para produzir em escala cada vez maior, sendo limitada pela escassa disponibilidade de matérias primas. A solução encontrada para esse dilema foi a adoção de uma política expansionista militar, propiciando a articulação entre o empresariado e as Forças Armadas. Coube ao exército japonês colocar em andamento o projeto de conquistas territoriais com a ocupação de ilhas da China, áreas da Coreia e de regiões disputadas também pela Rússia. Nesse processo, desenrolaram-se guerras com a China (1894-1895) e com a Rússia (1904-1905), nas quais o Japão saiu-se vencedor, algo fundamental para a concretização da ideologia militarista nacional (Hall, 1992, p. 278).

Colocando-se ao lado da Inglaterra, França e Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mesmo assim o Japão deixou de ser ouvido nas negociações pós-guerra, inclusive sob a alegação das potências ocidentais que a “desigualdade racial” dificultaria a participação dos orientais. Mesmo que no final da Conferência de Versalhes (1919) o Japão recebesse alguns territórios no Pacífico, que haviam sido confiscados da Alemanha, o forte nacionalismo nipônico ganhou novo vigor, tornando-se cada vez mais evidente o conflito com o mundo ocidental.

Na década de 1920, o Japão era considerado a terceira potência mundial, mas debatia-se devido a dois desafios vitais para a continuidade de seu progresso. O primeiro deles constituía-se no reforço das tentativas da Europa e dos Estados Unidos de restringir o comércio externo japonês no Oriente, inclusive negando ao país o fornecimento de matérias primas e petróleo essenciais para a indústria e, em seguida, limitando ou proibindo a imigração nipônica para o Ocidente (Meyer, 1976, p. 171). O segundo e mais candente problema deu-se com a crise econômica que, no final daquele decênio, abateu-se sobre o mundo capitalista, coagindo o Japão a retomar sua política expansionista. A reocupação da Coreia desdobrou-se na invasão do território chinês, onde foi implantado o estado títere de Manchukuo, abrindo novas frentes de imigração e de expansão comercial para os nipônicos (Chesneaux, 1978, p. 37).

Nos anos de 1930, o Estado e a sociedade japonesa viviam sob um conjunto de lemas alimentados pelo autoritarismo, militarismo e ultranacionalismo. Nesse contexto, fez-se uso intensivo dos meios de comunicação para disseminar a ideologia imperial, operação que aproximou o Japão da Itália e da Alemanha, favorecendo que, ainda no final daquela década, fosse firmado o pacto político que deu origem ao Eixo. Nessas circunstâncias, além de concorrente econômico, o Japão passou também a ser antagonista militar das nações europeias não alinhadas com o nazifascismo, assim como com a União Soviética.

Cada vez mais isolado e sem as matérias primas necessárias, o Japão voltou-se para os países periféricos do Ocidente, especialmente aqueles onde havia significativos contingentes de imigrantes nipônicos. O Brasil era um desses países e, por isso, os brasileiros que chegavam ao Japão eram recebidos com toda a pompa possível, especialmente aqueles que se apresentavam como integrantes de missões oficiais.

O OLHAR BRASILEIRO sobre o Japão

“Redescoberto” em termos culturais pelo Ocidente no decorrer da segunda metade do século XIX, o Japão foi reconfigurado no âmbito do imaginário europeu. A nova sensibilidade ocidental instigou a produção de uma multiplicidade de discursos, dentre eles a literatura de viagem, que deram corpo ao “orientalismo”, o qual tinha um sentido claro: perpetuar a imagem que o colonialismo europeu e norte-americano nutria sobre os “outros”, particularmente sobre aqueles que eram considerados de alguma forma inferiores porque pertencentes à uma outra “raça” (Said, 1990, p. 15).

A construção imaginária do Japão pelos brasileiros se deu por duas vias. A primeira delas, emblematizada pelo movimento conhecido como *japonismo*, tinha suas raízes na Europa e apresentava o “país das cerejeiras” não só como localizado num outro espaço geográfico, mas também situado em outro tempo histórico, sendo a vida japonesa sintetizada pelos olhos ocidentais como pautada pela tradição, pelos cerimoniais complexos, pela harmonia nos relacionamentos sociais e por uma sensibilidade altamente apurada. Foi devido a estas representações que se tornou moda entre a burguesia ocidental o consumo de *japonneries*, isto é, elementos da cultura material nipônica, como pinturas, mobiliária e indumentária, particularmente o quimono. Esta imagem do Japão manteve-se até o início da Segunda Guerra Mundial, garantindo o sucesso comercial de inúmeras narrativas de viajantes, inclusive entre a elite brasileira, como a de autoria dos Maybon, uma dupla de orientalistas franceses. Fartamente ilustrado, o volume apresenta imagens de uma sociedade ainda não contaminada pela lógica urbano-industrial, com uma população já na primeira página do volume caracterizada pela “simplicidade, coragem, senso de justiça e franqueza” (Maybon, 1939, p. 5).

Uma segunda fonte de informações eram os textos escritos por brasileiros que estiveram no Japão, tendo como pioneiros o astrônomo Francisco António de Almeida, de 1879, e do contra-almirante Custódio José de Mello, que percorreu o Oriente em 1896. A primeira obra exclusiva sobre o Japão é de autoria do escritor Aluízio de Azevedo, constituindo-se em um texto inacabado, composto entre 1897 e 1898, período em que atuou como adido do consulado brasileiro em Yokohama (Azevedo, 1984).

Dos textos inaugurais até o encerramento da década de 1920, mais de uma dezena de narrativas de viajantes brasileiros que estiveram no Japão alimentavam, igualmente aos europeus, as fantasias sobre a existência de um país perfeito na simplicidade de seus rituais. Apesar disso, alguns deles, como o diplomata Manuel de Oliveira Lima, teceu sutis críticas ao tradicionalismo nipônico, deixando implícito em sua narrativa que ainda considerava o Japão uma nação ocupada por um contingente humano próximo à barbárie (Oliveira Lima, 1903).

As transformações ocorridas no Brasil a partir de 1930, com as propostas modernizadoras de Getúlio Vargas, somou novas expectativas sobre o país do Oriente. Se a miragem de um Japão exclusivamente tradicional ainda foi mantida em textos de viajantes como os do jornalista e diplomata Nelson Tabajara de Oliveira (1934) e do médico e escritor Cláudio de Souza (1940), o projeto nacional varguista identificou o Japão não só como potencial parceiro comercial, mas também como uma nação com a qual guardava algumas similaridades, pois ambas buscaram modernizar-se em períodos aproximados. A questão que então se colocava era a seguinte: dado o fato do Japão ter conseguido se tornar a terceira potência mundial enquanto o Brasil ter pouco avançado no intuito modernizador, o que os japoneses poderiam ensinar aos brasileiros? Nestes

termos, o Japão afluía na década de 1930 como um possível modelo a ser adaptado ao contexto brasileiro (Kuniyoshi, 1998, p, 124).

Paradoxalmente, para responder à esta questão algumas operações precisavam ser realizadas. Nas discussões dos viajantes, praticamente excluíram-se as avaliações pejorativas sobre os nipônicos transterrados para o Brasil, tema candente no período (Lobo, 1932; 1935). Da mesma forma, silenciaram-se sobre o expansionismo militarista japonês, mesmo que os próprios imigrantes fizessem propaganda sobre a legitimidade das invasões violentas da Coréia e da China nas principais cidades brasileiras (Mizuno, 1932). Uma única exceção encontra-se no livro de Henrique Paulo Bahiana que, após visitar o “Micado” em 1933, como integrante de uma missão comercial brasileira, empenhou vários capítulos de seu livro para analisar em minúcias o crescente poderio militar nipônico (Bahiana, 1937).

DOIS BRASILEIROS no Japão

O paulista Ernesto de Souza Campos (1882-1970) ocupava a posição de catedrático de Microbiologia e Imunologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e atuara como um dos fundadores da mesma universidade. Em retribuição à visita de uma equipe de atletas orientais à USP, Souza Campos propôs a realização de uma viagem particular ao Japão, conseguindo a adesão de 20 professores e alunos da sua faculdade. No entanto, o projeto foi encampado pelo governo estadual e pelo consulado japonês em São Paulo, transformando-se em uma missão médico-cultural oficial. Sob sua liderança, o grupo partiu de Santos em 20 de novembro de 1933 e retornou em 5 de abril do ano seguinte, permanecendo 46 dias no Japão. Ao regressar, o médico somou suas anotações de viagem com o teor das palestras que proferiu sobre suas experiências no Oriente, publicando o livro “Japão” (1935).

A gaúcha Carmen de Revoredo Annes Dias (1921-2001), que seria mais tarde conhecida pelo nome de casada, Carmen Prudente, era jornalista dos Diários Associados e secretariava do pai, Heitor Annes Dias, médico particular de Getúlio Vargas. Graças aos seus vínculos com o poder, foi nomeada secretária da Missão Econômica Brasileira enviada ao Japão, por ordem da presidência da República. Naquele país ela permaneceu 29 dias, entre 19 de setembro e 17 de outubro de 1936. Ao retornar, foi convidada a narrar suas experiências de viagem, compondo então o volume “Do Brasil ao Japão” (1937).

Apesar de ambos os viajantes serem integrantes de comitivas oficiais, os textos por eles redigidos diferenciam-se em estilos. Souza Campos compôs um livro de viagem que se aproxima de um relatório encaminhado às autoridades, enquanto que Annes Dias nada se referiu às suas atividades de secretária da missão econômica, dando a impressão de ser uma turista que percorreu a Terra do Sol Nascente.

As rotas seguidas pelos dois viajantes mostram-se semelhantes. O navio que transportava o grupo de médicos partiu de São Paulo, aportando no Rio de Janeiro e em Vitória (Espírito Santo) e, em seguida, em New Orleans, enquanto que a embarcação que transportou a Missão Econômica partiu do Rio de Janeiro e ancorou em Vitória e em Belém do Pará para, em seguida rumar para Galveston. No sul dos Estados Unidos, Souza Campos, também membro da Fundação Rockefeller, visitou universidades e centros de pesquisas médicas e proferiu palestras, chegando a São Francisco por terra. Annes Dias, por sua vez, se também esteve em institutos científicos, preferiu observar os *yankees*, deliciar-se com as lojas de departamento e consumir produtos então inexistentes no

Brasil, como a cerveja enlatada, antes de regressar ao navio e chegar ao Pacífico pelo canal do Panamá, aportando em São Francisco.

A viagem sem escalas até o Japão também contou com semelhanças, sobretudo na exaltação dos perigos das rotas marítimas de longo curso, havendo momentos nas narrativas em que ambos os viajores reportam-se ao medo de suas embarcações adernarem devido às tempestades típicas do Oceano Pacífico. Ao chegarem em Yokohama, o porto de entrada dos oriundos da América, as duas comitivas estavam sendo aguardadas por legiões de repórteres e de representantes governamentais, ávidos em questionarem os visitantes sobre os projetos de reforço das relações econômicas e culturais entre os dois países.

As similaridades não param por aí. A “vertigem do Oriente” fez com que tanto Souza Campos quanto Annes Dias confidenciassem que seus conhecimentos sobre o Japão consistiam no que era oferecido pelas fontes literárias de autoria dos viajantes franceses e, sobretudo, do lusitano Wenceslau de Moraes. Ávidos por experimentarem, como disse Annes Dias, “sensações novas”, o primeiro impulso foi observar o Japão e os japoneses segundo as lentes de muitos dos viajantes que os precederam, exaltando a dimensão tradicional da sociedade visitada.

No momento em que são trasladados do porto de Yokohama para a estação ferroviária com destino a Tóquio, o primeiro registro de cada um dos brasileiros foi o seguinte:

São as “riquixás” ou “kouroumas” que passam velozes, conduzidas pelos corredores-djins ou “kouroumayas” – de pernas sólidas enfaixadas em tecido grosso; é a música dos tamanquinhos estalando nas calçadas, ressoando no lagedo, o passo miúdo obrigando a inclinação da figura para a frente; são os quimonos evoaçando nos matizes harmoniosos de suas cores vivas ou na tristeza do negro absoluto; são as inscrições e letreiros arrevesados e indecifráveis (Souza Campos, 1935, p. 41).

“Eu vi as primeiras japonezinhas com quimonos coloridos, cútis de porcelana e uma flor pousada nos cabelos arranjados singelamente. (...) Eu não despregava os olhos, fitando-as com curiosidade e encantamento – eram as figuras vivas de tantas páginas lidas! (Annes Dias, 1937, p. 61).

A descrição minuciosa da cultura tradicional japonesa, constante nos registros de tantos outros viajantes, parou por aí. Coagidos pela imposição de uma agenda oficial a visitar os mesmos sítios históricos e se deparar com os mesmos emblemas da tradição, o médico e a jornalista parecem ter perdido o interesse em registrar em suas anotações a face do “Japão antigo”, com exceção da arte e do artesanato. No máximo, eles reproduziram imagens de templos e tipos humanos tradicionais acompanhadas de anotações avaras em palavras, com a contínua repetição de termos como “suprema maravilha”, “soberbo”, “esplêndido” e, sobretudo, “misterioso”. Aliás, é necessário frisar que muitas das fotografias constantes nos dois livros repetem-se em vários momentos, sugerindo que eram reproduções de cartões postais, e não registros imagéticos feitos pelos próprios viajantes.

O que importava para eles era o que denominaram em conjunto “nova era” da história japonesa, pois era essa faceta que interessava ao Brasil. No entanto, é exatamente neste tópico que Souza Campos e Annes Dias se distinguem, cada um entendendo de maneira própria o que constituía a modernidade oriental.

Souza Campos deteve-se exclusivamente em relatar suas atividades oficiais. Gabando-se de poder dialogar com seus pares orientais em inglês, francês e latim. O chefe da missão médico-cultural percorreu, como havia feito nos Estados Unidos, universidades

e laboratórios de pesquisa, especialmente aqueles que estavam sendo patrocinados pela Fundação Rockefeller.

A cada instante de suas anotações, o viajante brasileiro reiterou que o país visitado havia se tornado em poucas décadas uma nação moderna, entendendo o termo modernização como sinônimo perfeito de ocidentalização da ciência, das instituições científicas e da economia japonesa. Nesse encaminhamento, muitas das páginas de seu livro foram preenchidas com a reprodução dos currículos das escolas médicas daquele país, deixando claro que os programas de ensino eram cópias exatas daqueles que estavam sendo adotados pelas universidades norte-americanas e, é claro, pela Faculdade de Medicina de São Paulo. Souza Campos também se ateu em avaliar minuciosamente os acervos das bibliotecas universitárias e constatou que boa parte deles era composta por livros e revistas ocidentais, o que significava para ele mais uma comprovação do grau da modernidade científica local.

Este viajante dissertou sobre as instituições, mas pouco se referiu nominalmente aos personagens de proa da ciência japonesa. A única exceção foi o longo elogio que dedicou ao bacteriologista Kitasato Shibasaburô, falecido em 1930 e codescobridor do agente causal da peste bubônica. Na sua preleção, o médico paulistano ressaltou que Kitasato tornou-se produtivo no campo da ciência quando, em 1883, foi enviado pelo governo imperial para estudar no Instituto de Higiene de Berlim, onde se tornou discípulo de Koch. Para o brasileiro, a ocidentalização do conhecimento foi “salutar e decisiva na orientação e sucesso do jovem cientista japonês” (Souza Campos, 1935, p. 68).

Se o médico brasileiro fez a apologia de que o Japão era um país moderno porque assumira os padrões ocidentais, Annes Dias mostrou-se mais atenciosa e, em certa medida, mais precisa. Preocupando-se sobretudo com a vida social, para ela quase tudo no país visitado era “luxuoso” porque soubera combinar a tradição nacional com a cultura europeia e norte-americana, isto é, o ‘velho’ oriental e o ‘novo’ ocidental, o que permitiu à viajante exaltar a dimensão que reiterou como “pitoresca” e “exótica” do Japão e de seus habitantes.

O encantamento gerado pela modernidade e pelo luxo japonês, no entanto, não evitaram que houvesse o estranhamento frente às diferenças. Por mais que os dois viajantes se reportassem aos elementos comuns entre a cultura japonesa e a brasileira, como o fato de ambos os territórios terem sido “descobertos” pelos portugueses e o papel desempenhado pela Companhia de Jesus em ambos continentes, os distanciamentos culturais foram colocados em pauta. Além das diferenças alimentares, ressaltadas por Souza Campos, a jornalista destacou:

No Japão é muito comum as coisas serem ao inverso... O luto é branco e as noivas casam de preto, contamos os dedos da direita para esquerda e lá principiam pelo polegar, (...) os veículos tomam a mão esquerda, os guarda-chuvas são carregados de cabo para baixo, e assim por diante. Nesta noite, por exemplo, o discurso veio antes da sopa (Annes Dias, 1937, p. 78).

No entanto, a jornalista deleitou-se com as situações nas quais o Ocidente triunfara sobre o Oriente. Como também se nota no escrito de Souza Campos, Annes Dias elogiou o fato de, após o terremoto e o incêndio que praticamente destruíram Tóquio e as cidades adjacentes em 1923, a reconstrução dos prédios obedeceu o modelo arquitetônico europeu, elogiando os padrões neogótico e germânico dos edifícios da capital japonesa e o fato da população apresentar-se nas ruas trajando vestimentas de estilo americano. O entendimento do Japão se deu, nas páginas de Annes Dias, mediante a identificação das maiores cidades japonesas com as metrópoles ocidentais. Ela festejou o fato das grandes

idades disporem de bondes e trens elétricos e, mais do que isso, funcionar “grandes e luxuosas lojas” que vendiam mercadorias trazidas do Ocidente, além de referir-se à suntuosidade das praças de esporte construídas para acolher os Jogos Olímpicos de 1940, os quais não chegaram a ser realizados devido à guerra. Nesse encaminhamento, algumas urbes japonesas foram avaliadas como análogas às estrangeiras; Osaka, por exemplo, em uma mesma página da narrativa de viagem foi cognominada “Manchester do Oriente”, “Veneza do Oriente” e “Chicago asiática” (Annes Dias, 1937, p. 110).

Apesar da multiplicação de referências como estas, o tema mais explorado por Annes Dias constituiu-se nas mulheres e nas crianças japonesas que, num laivo neocolonialista, desde que partira do Brasil, teimava em invocar no diminutivo. As “japonesinhas” e “japonesinhas pequeninas” chamaram a atenção da jornalista. Sobre as escolas de ensino fundamental, tal como Souza Campos fizera com as universidades, a visitante apresentou o currículo, destacando a existência de uma disciplina intitulada Moral, na qual se buscava reiterar o poder do imperador sobre seus súditos.

Sobre a mulher nipônica, são múltiplas as referências sobre o processo de ocidentalização que estavam vivenciando. Annes Dias destacou o fato de muitas delas estudarem em escolas alemãs estabelecidas no Japão, onde aprendiam desde costura até a prática de arco e flecha. As referências constantes em outros depoimentos de viajantes sobre a circunstância de a esposa ser obrigada a andar alguns passos atrás do marido e carregar os pacotes para permitir que o homem mantivesse as mãos livres foi avaliada como algo que continuava a ser praticado, mas apenas pelas pessoas idosas.

A “nova era” contava com uma nova mulher, assim descrita:

A mulher que pratica livremente o esporte, inscrevendo-se nas Olimpíadas internacionais, trabalha para o sustento cotidiano, veste à europeia, dança fox e rumba, exhibe o corpo grácil à luz da ribalta do Takarazuka, faz conferências sobre direito, engenharia, medicina e sociologia; lida diariamente com a ciência nos laboratórios, colabora eficientemente em jornais, livros e revistas; faz seus estudos na Europa... não pode encarar a vida como no século passado (Annes Dias, 1937, p. 114).

Um dos momentos em que a viajante percebeu o encanto da “nova mulher” nipônica deu-se durante um baile. Nessa ocasião, considerada “memorável”, a viajante registrou que as convidadas dançavam ao ritmo de “um jazz americaníssimo”, observando “as japonesinhas de cabelo cortado, quimono e obi, deslizando como ‘getas’ ao som de uma *rumba* ou de um *blue*” (Annes Dias, 1937, p. 114). A multiplicação de episódios que atestavam a abertura da cultura oriental para os valores ocidentais a convenceram que o Japão que ela estava conhecendo mostrava-se um “ambiente super-civilizado” (...) onde tudo parecia dizer que vivíamos a 1002ª. noite” (Annes Dias, 1937, p. 79).

Paradoxalmente, a contínua exaltação do Japão moderno alimentou uma certa melancolia no olhar dos viajantes sobre um mundo que, para os dois brasileiros, já desaparecera ou, no mínimo, estava prestes a não mais existir. Após exaltar a “nova mulher”, a jornalista ponderou que a japonesa “nunca deveria trocar o esplendor do quimono pela vestimenta europeia” (Annes Dias, 1937, p. 115). O médico, por seu turno, ao visitar uma fábrica de cerâmica e elogiar a tecnologia moderna lá utilizada, queixou-se da proximidade de extinção da produção artesanal das louças que tanto deliciavam os colecionadores de *japonneries* (Souza Campos, 1935, p.81).

Foi com estas percepções que os dois viajantes deixaram o Japão. Os navios que os transportavam para o Brasil fizeram escalas em portos de Hong-Kong, Siri-Lanka (então Ceilão), Cingapura e Cidade do Cabo e nestes locais eles sentiram-se livres para descortinar de vez seus pendores colonialistas. Isto porque, sobre estas localidades pouco

anotaram de elogioso, empenhando-se em destacarem o mau odor que impregnava as vias públicas, os alimentos repugnantes e a legião de mendigos que os importunavam a cada instante.

De volta ao Brasil, tudo leva a crer que Carmem Annes Dias não se dedicou em propagandear o que tinha visto no Oriente, a não ser mediante a composição de seu livro de viagem. Ernesto de Souza Campos, pelo contrário, participou de vários eventos, discorrendo sobre o que aprendera no e sobre o Japão.

Na conferência que pronunciou no Centro do Professorado Paulista, o médico deixou implícito que muito que testemunhara no “outro lado do mundo” poderia ser copiado ou pelo menos adaptado pelos brasileiros. Comprometido com a administração da nascente USP, elogiou a modernidade japonesa sob duas perspectivas. A primeira delas foi centrada na área da educação que, segundo ele, proibia qualquer ensino ou intervenção religiosa, privilegiava a instrução técnica e, mais do que isto, contava com contínuas doações da sociedade, mesmo quando a instituição era pública. Para Souza Campos, a articulação entre o ensino e a pesquisa com as necessidades industriais era fundamental no projeto modernizador de uma nação quer fosse o Japão quer o Brasil.

O segundo eixo temático explorado pelo professor da USP referiu-se à industrialização japonesa. Além de exaltar o emprego de tecnologia sofisticada, ele também enfatizou que os trabalhadores daquele país eram mais produtivos que os de qualquer outra nação, atribuindo a riqueza nipônica ao apego ao trabalho dos seus cidadãos.

Foram estas as “imagens do Japão” construídas pelos dois viajantes em tela. Ambos realizaram um recorte específico do que viram. Apesar de Annes Dias ter participado da cerimônia de lançamento de um navio de guerra japonês e de Souza Campos ter visitado várias indústrias, nada foi abordado sobre o militarismo expansionista que naquele período impregnava a cultura nipônica. Da mesma forma, ao elogiar a alta produtividade da força de trabalho japonesa, fez-se silêncio sobre o fato do operariado receber salários irrisórios e trabalhar, em média, 16 horas por dia, circunstância que levou a Organização Mundial do Trabalho a condenar severamente as autoridades e os industriais nipônicos.

As duas narrativas de viagem, apesar de comportar novas representações sobre o Japão, não fugiram dos padrões estabelecidos pela sensibilidade colonialista europeia. Em consequência, não se afastaram do anátema lançado em 1912 por um outro viajante brasileiro, Luís Guimarães Filho, o qual confidenciou que, se um japonês lesse o que um ocidental escreveu sobre seu país, certamente avaliaria a literatura de viagem como uma peça “descritiva mas incolor, abundante mas falsa” (Guimarães, 1935, p. 19).

A versão do Japão idealizada pelo médico e pela jornalista, assim como as representações nacionais que a precederam perdeu validade temporária quando o Brasil se uniu aos Aliados no decorrer da Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, redefiniu o Japão como uma “nação inimiga”. Do início da década de 1940 e até o final do decênio seguinte, o Brasil e boa parte do mundo ocidental ressignificou o Japão como foi proposto por um tenente-coronel que serviu como adido militar da delegação brasileira no Oriente, aflorando a imagem de um país que era “uma grande caserna”, onde os “nipões” revelavam sua verdadeira face, caracterizada como “sem nervos”, “supersticiosa”, “arrogante”, “astuciosa” e, sobretudo, “cruel” (Figueiredo, 1944).

CONSIDERAÇÕES finais

As representações de um Japão moderno como quis Souza Campos, mas que não rejeitou sua tradição cultural, como pontificou Annes Dias passou a integrar o imaginário nacional, movimento que foi retomado a partir da década de 1960. Isto também contribuiu para a renovação dos critérios de avaliação dos japoneses e seus descendentes radicados no Brasil, resultando no esmaecimento dos preconceitos que os nacionais alimentavam sobre os imigrantes orientais desde que a primeira leva de nipônicos chegou ao porto de Santos, em 1908, a bordo do Kasato Maru.

A observação do Japão como um possível parâmetro para a busca de modernização nacional nos anos 30 do século passado foi praticamente esquecida pela historiografia nacional, mas tal proposta foi reassumida, com sensíveis alterações, nos últimos 50 anos, permanecendo, mesmo que com oscilações, até o momento presente. Nestes termos, a literatura de viagem aqui invocada se constitui em um importante instrumento não só para o mapeamento das representações sociais nutridas sobre o Japão e os japoneses, mas também para o questionamento de como a cultura brasileira tem se postado frente aos estrangeiros e as estratégias adotadas para construir a própria identidade nacional.

Referências bibliográficas

- AKAMATSU, P. **Meiji 1868: revolution and counter-revolution in Japan**. London: Routledge, 2010.
- ANNES DIAS, C. de R. **Do Brasil ao Japão**. Porto Alegre: Globo, 1937.
- AZEVEDO, A. **O Japão**. São Paulo: Roswitha Lempf, 1984.
- BAHIANA, H. P. **O Japão que eu vi**. 2ª. ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1937.
- BEFU, H. **Japan: an anthropological introduction**. 4th. ed. Tokyo: Charles E. Tuttle Co., 1987.
- CHESNEAUX, J. **Asia Oriental en los siglos XIX-XX**. 2ª. ed., Barcelona: Labor, 1978.
- CLARA, F. As cidades e as ilhas. Algumas reflexões a propósito do enquadramento teórico da literatura de viagens. In: FALCÃO, A. M.; NASCIMENTO, M. T.; LEAL, M. L. (orgs.). **Literatura de viagem: narrativa, história, mito**. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 578-587.
- FIGUEIREDO, J. de L. **O Japão por dentro**. São Paulo: Ed. Nacional, 1944.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: Idem. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014, p. 3-21.
- GUIMARÃES FILHO, L. **Samuráis e mandarins**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.
- HALL, J. W. **El imperio japonés**. 11ª. ed., Mexico, D.F.: Siglo Veintiuno, 1992.
- KUNIYOSHI, C. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade; Fapesp, 1998.
- LOBO, B. **De japonês a brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Estatística, 1932.
- LOBO, B. **Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros**. Rio de Janeiro: Alba, 1935.
- MAYBON, A.; MAYBON, J. **Le Japon**. Paris: Fernand Nathan, 1939.
- MEYER, M. W. **Japan: a concise history**. Totowa: Littlefield, Adams, 1976.
- MIZUNO, T. **A verdade sobre o conflito sino-japonês e seus fundamentos históricos**. São Paulo: Extremo Oriente Editora; Imprensa Paulista, 1932.
- OLIVEIRA LIMA, M. de. **No Japão: impressões da terra e da gente**. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1903.

REISCHAUER, E. O. **Japon:** historia de una nación. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986.

SAID, E. W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA CAMPOS, E. de. **Japão visto através de uma viagem ao Oriente realizada por universitários da Faculdade de Medicina de São Paulo:** organizações de ensino no Japão, América do Norte e África do Sul. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

TODOROV, T. A viagem e seu relato. **Revista de Letras.** São Paulo, vol. 39, n° 1, p. 13-24, 1999.

VITORINO, C. A busca da identidade na alteridade. In: SEIXA, M. A. (coord.). **A viagem na literatura.** Lisboa: Europa-América, 1997, p. 51-62.

Artigo Recebido em: 27 de março de 2016

Artigo Aceito em: 26 de maio de 2016